

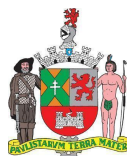
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Ata Audiência Pública Nº 1/2025 do Projeto de Lei Nº 208/2025

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO MISTA

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas, no Plenário Tereza Delta da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, reuniu-se a Comissão Mista, em Audiência Pública, para demonstração do Plano Plurianual do Município de São Bernardo do Campo para o quadriênio 2026-2029. Presentes, pela Comissão Mista, os seguintes membros: Vereadores Ary de Oliveira, Presidente; Luana Eloá, Vice-Presidente; Edmar Aragão, Representante do AVANTE; Maurício Cardozo, Líder do UNIÃO BRASIL e Renan Queiroz, Líder do PMB. Presentes, ainda, os seguintes Vereadores: João Viana, Jorge Araújo, Léo RR e Nina Braga. O Executivo Municipal esteve representado pelas seguintes pessoas: Jéssica da Silva Freitas, Diretora de Seção da Secretaria da Fazenda; Cristiano Liberato, Diretor de Seção do Departamento de Orçamento da Secretaria da Fazenda; Jean Carlo Corrêa da Silva, Encarregado de Serviço da Secretaria da Fazenda; Maicosuel de Souza Teles, Encarregado de Serviço da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Eduardo Correa Carneiro, Agente Contábil da Secretaria da Fazenda; Daniele da Silva Benicio, Assessora de Direção da Secretaria de Educação; Cícero Fabrício de Lima Marcelo, Assessor de Direção do Departamento de Orçamento e Gestão da Secretaria da Fazenda; Alexander Pereira Bruno, Encarregado de Expediente do Departamento da Receita da Secretaria da Fazenda; Cilene Gomes, Diretora de Departamento da Secretaria de Educação; Fernando Alves de Oliveira, Diretor de Departamento de Proteções Sociais da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Rogéria Leite Soares Gomes, Secretária Adjunta da Secretaria da Fazenda; Matias José de Sousa, Diretor do Departamento do Tesouro da Secretaria da Fazenda; Manoel Romero Vieira Lima, Secretário Adjunto da Secretaria da Saúde; Danilo Franchini de Sousa, Auditor Fiscal de Rendas Municipais da Secretaria da Fazenda; Marcelo Augusto Andrade Galhardo, Diretor Superintendente do SBCPrev; Karina Zoratti, Diretora de Divisão do Departamento de Orçamento e Gestão da Secretaria da Fazenda; Roseli Candida dos Santos, Diretora do Departamento de Contabilidade e Custos da Secretaria da Fazenda; William Feitosa Gomes da Silva, Guarda Civil Municipal da Secretaria de Segurança; Wagner Augusto do Nascimento, Diretor da Seção de Apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Lidionete da Graça Marchiori Stano, Diretora da Seção de Custos da Secretaria de Serviços Urbanos; Flávia Cristina Assef Antonucci, Diretora de Seção do Departamento de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Urbanos; Érica Luppi, Secretária Adjunta da Secretaria de Gestão de Pessoas; Jéssica Souza, Chefe de Contabilidade da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; Antonio Carlos Antoniassi, Encarregado da Secretaria da Fazenda; Gabriel Antonio Fernandes Soga, Chefe do

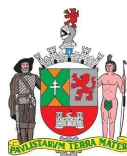




CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Departamento de Finanças da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; Luiz Fernando de Oliveira Bortoletto, Secretário da Secretaria de Serviços Urbanos; André Salatiel Pires, Assessor de Governo do Departamento da Receita da Secretaria da Fazenda; Thami Izumi da Cruz, Diretora da Secretaria do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Proteção Animal; Flávia Ferreira Lima, Diretora de Divisão da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Ana Paula Marçal, Secretária Adjunta da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Jamil Rosa Evangelista, Diretor de Seção da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Fabiana Dantas de Macedo Poças, Secretária Adjunta da Secretaria de Administração; Ronald França Ribeiro, Secretário Adjunto da Secretaria de Projetos e Obras; Márcio Cilento, Agente Contábil do Gabinete da Secretaria de Administração; Thiago de Campos Belão, Diretor de Seção da Secretaria de Administração; Márcia Varella, Assessora de Departamento da Secretaria de Projetos e Obras; James Pereira Ruiz Sanches dos Santos, Assessor de Direção da Secretaria de Educação; Daniele Scalambri, Diretora do Departamento de Políticas Afirmativas e Cidadania da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Sandra Regina Castellano Rocco, Diretora de Divisão da Secretaria da Saúde, Kedley Correa de Moraes, Diretor do Departamento de Ação Artística e Cultura da Secretaria de Cultura; Joyce Quintino, Secretária da Secretaria do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Proteção Animal; Débora Dutra, Secretária Adjunta da Secretaria da Mulher; Vinicius Salerno de Lima, Assessor de Departamento da Secretaria de Educação; Daniele Sena de Almeida, Encarregada de Administração de Contratos da Secretaria de Cultura; Patrícia Cristina Barbosa, Diretora do Controle Financeiro da Secretaria de Educação; Marcos Matsui, Assessor de Governo da SEPROG; Leandro de Carvalho da Silva, Assessor da Secretaria de Segurança; Larissa Carolina de Almeida Marco, Diretora do Departamento de Planejamento e Gestão da Secretaria da Fazenda; Ricardo Ferreira Bortoletto, Secretário Adjunto da Secretaria de Transportes, Mobilidade e Infraestrutura; Raimundo Alfredo Batista Santana Filho, Oficial Administrativo da SEPROG; Luis Carlos Araujo Souza Junior, Conselheiro da Guarda Civil Municipal/SBC; Ailton Aparecido Pinheiro, Assessor da Secretaria da Mulher; Alessandra Lemos Martins Bastos, Diretora do Departamento de Gestão de Contratos e Previdência Complementar da Secretaria de Gestão de Pessoas; Ilka Baracho da Silva, Diretora de Departamento da Secretaria de Educação; Rafael Demarchi, Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Juventude; Fabiana Rodriguez Martins, Diretora da Receita da Secretaria da Fazenda; Cibele Valente Tieppo Martin, Diretora dos Departamentos de Fortalecimento à Gestão Escolar da Secretaria de Educação; Hiroyuki Minami, Secretário Executivo de Programas Governamentais; Maria de Lourdes Soares da Silva, Assessora de Governo da Receita da Secretaria da Fazenda; Milena

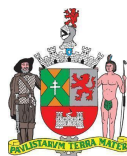




CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Graciano, Secretária da Secretaria de Planejamento Urbano; Fran Silva, Secretário da Secretaria de Esporte e Lazer; Ronaldo Perrucci, Secretário da Secretaria de Justiça; Jussara Almeida Bezerra, Secretária Adjunta da Secretaria de Educação; Arley Topalian, Secretário da Secretaria de Segurança; Renato Britto Targino, Secretário da Secretaria de Comunicação; Renata Valdrighi Ramos de Paula, Secretária da Secretaria de Gestão de Pessoas; Guilherme Augusto Pelosini Alves, Diretor da Seção de Iluminação Pública da Secretaria de Projetos e Obras; Henrique Kabeça, Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Marina Martins Magno, Assessora de Governo da Secretaria de Habitação; Ivan Silva, Secretário da Secretaria de Governo; Aline Lopes Tavares, Diretora de Seção da Secretaria de Habitação; Luiz Fernando Tavares França, Diretor da Secretaria de Habitação; Franklin Eboli, Assessor de Políticas Públicas da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Mateus Ferreira Barros, Secretário Adjunto da Secretaria de Cultura; Vinicius Souza Marques, Assessor de Governo da Secretaria de Cultura; Flávia Fioravanti, Diretora de Departamento da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; José Roberto Gil Fonseca, Diretor de Departamento da Secretaria do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Proteção Animal; Sandra de Oliveira, Secretária da Secretaria da Mulher; Júlio César da Costa Alexandre, Secretário da Secretaria de Educação; Luciana Pires, Diretora do Departamento de Ações Preventivas da Secretaria de Segurança; Samara Dinis, Secretária da Secretaria de Cultura, Fábio Rodrigues Branco, Secretário da Secretaria de Direitos da Pessoa com Deficiência e TEA; Ruth Cristina Ferreira Ramos, Secretária da Secretaria de Habitação; Douglas Prado, Procurador-Geral do Município; Antônio Aparecido Tavares, Secretário da Secretaria de Concessões e Parcerias; e Andre Teodoro da Silva, Diretor de Departamento da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania. A sociedade civil esteve representada pela seguintes pessoas e entidades: Jéssica Katharine Coutinho Cabral, Munícipe; Fabiano Baptista da Silva, Munícipe; Carlos Eduardo França Oliveira, Munícipe; Juliana Rocha Dalecio Feliciano do Fórum da Defesa da Criança e do Adolescente; Andrea Silva, Assessora do Poder Legislativo; Alessandro Antônio da Silva, Munícipe; José Aparecido da Silva, Assessor do Poder Legislativo; Inês Cristina de Castilhos Pauli do Sindicato dos Servidores Públicos de São Bernardo do Campo; Waldirene Rodrigues de Oliveira do Sindicato dos Servidores Públicos de São Bernardo do Campo; Gabriella do Nascimento Negri, Munícipe; Maria de Fátima Oliveira Cruz Leal do Sindicato dos Servidores Públicos de São Bernardo do Campo; Carmen Eboli, Munícipe; Eduardo Celestino Cezar, Munícipe; Alex Sandro de Souza Soares, Assessor Parlamentar de Políticas Públicas do Poder Legislativo. Antes de abrir os trabalhos, o Sr. Presidente da Comissão promoveu os seguintes esclarecimentos: 01) que a presente audiência foi convocada para que os técnicos





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

do Executivo Municipal demonstrem o Projeto de Lei nº 208/2025, Protocolo Geral nº 13949/2025, que “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2026-2029”, visando assegurar a transparência na gestão orçamentária, conforme dispõe o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e o artigo 44, do Estatuto das Cidades; 02) que a Câmara fez publicar no Jornal “Notícias do Município”, edições dos dias 10 e 17 de outubro de 2025, comunicado convidando o público a participar da audiência; 03) que referido convite também foi realizado por meio do site oficial da Câmara Municipal; 04) que, após as explicações feitas pelo representante do Executivo Municipal, será concedida a palavra aos Vereadores, que terão dois minutos para manifestarem-se e, logo em seguida, para os representantes da sociedade civil presentes à audiência, para que façam as perguntas e/ou sugestões que entenderem necessárias. Prosseguindo, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e compôs a mesa. Para tanto, solicitou a presença das Senhoras Tatiana Moncayo Martins Rebucci, Secretária da Fazenda; Larissa Carolina de Almeida Marco, Diretora do Departamento de Orçamento e Gestão da Secretaria da Fazenda e Karina Zoratti, Diretora de Divisão de Orçamento Público da Secretaria da Fazenda. Em seguida, passou a palavra a Sra. Tatiana Moncayo Martins Rebucci para sua exposição. Após a exposição, o Sr. Presidente passou a palavra aos Srs. Vereadores para as perguntas que se fizeram necessárias e, em seguida, deu início a leitura dos questionamentos feitos pela população presente. Feitos os pronunciamentos e, posteriormente, os esclarecimentos pelos representantes do Poder Executivo Municipal, o Senhor Presidente determinou que as notas taquigráficas que registraram a audiência, bem como os quadros demonstrativos elaborados pela Secretaria da Fazenda e listas de presenças da audiência integrassem a presente ata. Por fim, o Sr. Presidente da Comissão Mista agradeceu a presença de todos e nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos às 20h50min, determinando a lavratura da presente ata, que será lida e assinada por quem de direito.

ARY DE OLIVEIRA
Presidente
Líder do PSDB

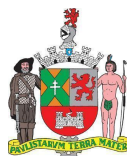
LUANA ELOÁ
Vice-Presidente
Líder do MDB

EDMAR ARAGÃO
Representante do AVANTE

MAURÍCIO CARDOZO
Líder do UNIÃO BRASIL

RENAN QUEIROZ
Líder do PMB





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO MISTA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 208/2025, PG 13949/2025, QUE “DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2026-2029”, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2025, ÀS DEZENOVE HORAS.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Boa noite. Peço a todos que registrem a presença através do QR Code, por favor.

Vamos dar início à audiência da Comissão Mista da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, para tratar do Projeto de Lei nº 208/2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2026 a 2029.

Neste momento, iremos compor a Mesa dos trabalhos, para tanto convidamos a Sra. Tatiana Moncayo Martins Rebucci, Secretária da Fazenda do Município, Larissa Carolina de Almeida Marco, Diretora do Departamento de Orçamento e Gestão da Secretaria da Fazenda, e Karina Zoratti, Diretora de Divisão de Orçamento Público da Secretaria da Fazenda.

A Comissão Mista da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo é constituída pelas seguintes lideranças partidárias.

Vereador Ary de Oliveira, representante do PRTB;

Vereadora Luana Eloá, líder do MDB;

Vereador Bispo João Batista, líder do Republicanos;

Vereador Edmar Aragão, representante do Avante;

Vereador Geraldo Gomes, líder do PRD;

Vereador Getulio do Amarelinho, líder do PT;

Vereador Gordo da Adega - Josias Paz, representante do Podemos;

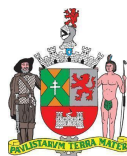
Vereador Julinho Fuzari, líder do Cidadania;

Vereador Lucas Ferreira, líder do PL;

Vereador Maurício Cardozo, Líder do União Brasil;

Vereador Reginaldo Burguês, líder do AGIR;





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Vereador Renan Queiroz, líder do PMB.

A população foi convidada a participar desta audiência pública por meio de comunicado publicado no Jornal “Notícias do Município”, edições dos dias 10 e 17 de outubro de 2025, nos seguintes termos:

“A Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, por meio da Comissão Mista, convida o público para participar de audiência pública a ser realizada no Plenário “Tereza Delta”, da Câmara Municipal, no dia 20 de outubro de 2025, às 19h, referente ao Projeto de Lei nº 208/2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2026-2029. Vereadora Luana Eloá. Presidente em Exercício da Comissão Mista”.

Informamos, ainda, que disponibilizamos referido convite em nossa página da internet.

Informamos que, após a exposição feita pelo representante do Executivo Municipal, esta Presidência passará a palavra aos Vereadores.

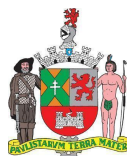
Logo em seguida, a população aqui presente poderá fazer suas perguntas por escrito, por meio de formulário fornecido pelos funcionários desta Câmara Municipal.

Passaremos a palavra aos técnicos do Poder Executivo Municipal, para a exposição.

A SRA. TATIANA MONCAYO MARTINS REBUCCI – Boa noite a todos. É com grande satisfação que a Secretaria da Fazenda está aqui em mais uma audiência, no intuito de a gente tentar facilitar o entendimento às informações do Plano Plurianual neste momento. Sabemos que é uma peça bem extensa, mas por isso que nós estamos aqui, para ajudar a entender o Plano Plurianual vigente nos anos de 2026-2029.

Quero agradecer a presença de todos os munícipes, os atores principais desta audiência, para quem todos devemos prestar a transparência, garantir a participação. Gostaria de agradecer a presença dos nobres Vereadores desta Casa, que neste momento está fazendo a apreciação da peça para posterior aprovação, se assim acharem que devem. Gostaria de agradecer aos servidores desta Casa de Leis, que sempre estão do nosso lado nas audiências, nos facilitando a vida e tornando as coisas mais fáceis da melhor forma possível. Gostaria de agradecer especialmente a toda equipe da Secretaria da Fazenda, em nome de todos os





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

servidores do Município que trabalharam arduamente com muita dedicação para a construção desta peça orçamentária.

E dizer que esta peça foi construída com participação popular no intuito que a gente consiga, nos próximos quatro anos, conseguir entregar a melhor forma possível e atendendo as necessidades e anseios da sociedade da nossa cidade.

Vou começar a fazer a introdução da apresentação e na sequência a Larissa mostra os dados mais técnicos da elaboração.

Novamente eu insisto que todos registrem a sua presença, é muito importante porque o próprio Tribunal de Contas nos solicita isso.

O que é o PPA? O PPA é o Plano Plurianual, um instrumento de planejamento previsto na Constituição Federal para organizar e viabilizar a ação pública. Nele fica declarado o conjunto de políticas públicas do Governo para o período de quatro anos. Aqui a gente está dizendo de 2026-2029. É o caminho trilhado para viabilizar as metas previstas.

É o principal instrumento de planejamento, é onde tudo começa. Do PPA que são geradas as LDOs, as Leis de Diretrizes Orçamentárias, e as Leis de Diretrizes Orçamentárias são quem ditam como deve ser elaborado o orçamento. Então, tudo começa no Plano Plurianual.

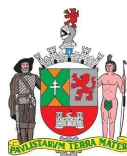
A orientação dele é estratégica, define as prioridades e metas do Governo, traduzidas em números dos programas, quando falamos de indicadores, e nas ações, quando falamos em metas físicas.

Ele apresenta as despesas de capital e de custeio. Então, tudo que se pretende investir na cidade nos próximos quatro anos tem de estar previsto no PPA para que seja possível ser executado.

Então, lá na Secretaria da Fazenda a gente já escutou algumas pessoas falarem que não fazem com muito esmero essas peças de planejamento. Então, acho que todo mundo que está na Administração Pública tem de entender que se não estiver previsto nas peças de planejamento nada acontece no Município.

O projeto de lei foi encaminhado a esta Casa no dia 31/08 e deve ser votado pelo Poder Legislativo, pelos senhores, até o final do presente exercício. Como disso anteriormente, ele tem vigência para quatro anos, três anos desta gestão e a próxima gestão vai ter de executar um ano deste PPA. Isso, a legislação





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

tem essa previsão no sentido de que quando se troca a Administração não se interrompe abruptamente o planejamento. A próxima gestão tem de terminar o planejamento, findar, para depois começar o seu. É isso que a gente está fazendo. Este ano de 2025 nós executamos o PPA da Administração passada e a partir do ano que vem, sim, nós vamos começar a executar o plano de governo do nosso Prefeito Marcelo Lima.

E quais são as diretrizes do planejamento público para nós na cidade de São Bernardo do Campo? Acima de tudo a participação social, que é garantida no art. 1º da Constituição Federal, que exige a participação do cidadão, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 48, que garante o direito da população de participar na elaboração e discussão dos planos e orçamento público.

Além disso, a gente acredita em um orçamento moderno, onde não basta cumprir e executar o orçamento, mas sim nós devemos priorizar e enfatizar o estabelecimento e o cumprimento das metas estabelecidas no planejamento, e sempre respeitando o princípio da Lei de Responsabilidade Fiscal, do equilíbrio das contas públicas.

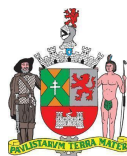
Qual a metodologia utilizada para a elaboração desta peça? Então, foram realizadas, o primeiro ponto é o diagnóstico técnico, e como isso aconteceu? Isso aconteceu, primeiro no levantamento feito ainda pelo candidato Marcelo Lima do plano de governo. Depois foram realizadas diversas reuniões técnicas com as Secretarias para definição e levantamento de indicadores e análise territorial.

Outro pilar da nossa elaboração é a participação popular. Foram realizadas consultas online, que ficou disponível 60 dias no site da Prefeitura. Além disso, foram realizadas 15 audiências descentralizadas, nos diversos bairros da cidade, onde a população tinha a condição de expor quais eram os anseios dela para o Governo. E a audiência pública, que já foi realizada, anterior, não lembro a data, mas foi anterior à entrega do dia 31/08.

Então, a integração entre o diagnóstico, mais a escuta popular e a viabilidade técnica, é o que norteia a elaboração desta peça.

A participação social é a construção coletiva, além de configurar visão sistêmica e estratégica, ajuda a integrar o planejamento plurianual ao círculo orçamentário anual, planejamento, execução orçamentária e financeira e controle e avaliação. Não basta a gente prever, mas o que a gente quer ao longo da execução é poder monitorar se o que a gente está prevendo nessas peças de planejamento é





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

o que realmente está sendo executado e o que está sendo entregue para a sociedade.

A audiência pública, que o objetivo é a transparência e a eficiência, é o processo participativo que fortalece a gestão pública e assegura que os recursos sejam alocados de acordo com as reais necessidades da população. Afinal de contas não adianta a gente fazer uma escola onde não tem aluno, uma ponte onde o trânsito não é prioritário. A gente tem de olhar o que a sociedade realmente está carente, o que ela realmente precisa, e tentar alinhar os recursos orçamentários em prol dessa necessidade.

Como falei, foram realizadas as audiências descentralizadas e a consulta online por 60 dias.

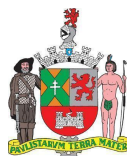
O nosso programa de consulta pública levou o nome A Voz da Gente, Cidade Pra Frente, que na versão online teve 740 participantes que contribuíram com 1340 anseios.

Já nas audiências descentralizadas, como eu disse foram 15 audiências realizadas do dia 05 de junho até o dia 05 de julho deste ano de 2025. Aí tem a representação gráfica de como dividimos a cidade, e isso gerou, estiveram presentes 2.764 pessoas que contribuíram com 2.052 demandas.

Aqui é o balanço consolidado, somando entre o online com as audiências descentralizadas, e na construção do PPA integraram 1.742 demandas, que representa 94,5%. Esse número não quer dizer que nós não atendemos 100%, porque quando estávamos nas audiências muitas coisas eram muito pontuais, que com a presença do Prefeito na hora ele já acionava, como o Governo todo estava presente, todos os Secretários participavam das audiências, ele já demandava naquele momento para o próprio Secretário, então muitas demandas foram resolvidas.

Vou falar um pouco do momento econômico que estávamos na hora em que foi elaborada a peça, então é o panorama naquele momento. Sempre a gente trabalha com o Boletim Focus, no caso do PPA nós utilizamos o Boletim Focus do dia 04/07/25, onde estimava-se um PIB de 2,18% para o fechamento de 2025, uma inflação de 5,44%, uma taxa de câmbio de R\$5,80, e a taxa SELIC de 14,75%. Como sempre digo, esses são os principais indicadores, primeiro o PIB por conta do crescimento, representa o crescimento do país, a inflação nos nossos contratos e despesas da Prefeitura que crescem nessa proporção, a taxa de câmbio é





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

importante para o nosso Município especificamente porque temos operações de crédito vinculadas ao dólar, então nós recebemos recursos do exterior, como também fazemos o pagamento, a amortização de dívidas, referenciadas ao dólar, e a taxa SELIC, que é a taxa de juros que norteia todo o sistema econômico.

Aqui a gente traz um pouco dos anos, porque o PPA, como disse, são quatro anos, então nós trouxemos qual a expectativa do mercado. Termina 2025 a taxa SELIC com 14,25%, 2026 estima-se 12,5%, 2027 10,5% e 2028 10%.

Já o câmbio, ele se mantém estável durante todo período, só 2025 que tem um aumento para R\$5,89.

O IPCA, inflação, como sempre digo, ele acompanha muito a taxa SELIC. Na verdade, o IPCA, que representa a inflação, quando ela sobe a taxa SELIC tem o indicativo de subir também para controlar essa inflação. No momento em que o IPCA tem uma queda, a taxa SELIC, a tendência também é ir reduzindo. Para 2025 5,44%, 2026 4,5%, 2027 4% e 2028 3,85%. A questão do PIB, ele fica em 2025 num crescimento de 2,18%, depois 2026 1,81%, 2027 2% e se mantém em 2% em 2028.

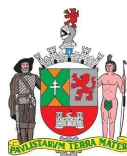
Então, essas são as expectativas de mercado que trabalhamos para elaboração da peça.

Aqui a mesma informação, só que em forma de tabela, e vou passar a palavra para a Larissa, a diretora de orçamento, que vai explanar sobre o diagnóstico territorial que foi feito pela cidade e os números especificamente do PPA.

A SRA. LARISSA CAROLINA DE ALMEIDA MARCO – Boa noite a todas e todos. Vou tentar ser breve aqui na apresentação, mas é importante destacar que quando a gente fez o levantamento dos indicadores para elaboração do Plano Plurianual a gente não levou só na perspectiva de fazer um levantamento de dados, mas pensar na elaboração do nosso orçamento numa perspectiva de território, que é para a gente acertar cada vez mais no investimento da nossa cidade ao longo desses quatro anos e a gente cada vez mais diminuir as desigualdades, enfim, melhorar os problemas sociais da nossa cidade.

Dito isso, vou pedir para passar os slides. Nós tínhamos uma dificuldade grande de fazer muitas reuniões. A nossa equipe é pequena, na verdade a nossa equipe de planejamento está todo mundo aqui presente, então a gente precisava fazer uma mobilização grande, e a gente entendia também que em um





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

pós-pandemia a gente talvez tivesse dificuldade de chamar a população a estar presente.

Então, a gente optou por unificar alguns bairros, levando em consideração a proximidade, sempre buscando realizar as audiências em escolas. Porque as escolas, a nossa gestão entende, que a escola não é só um ponto de educação formal, a escola é o ponto de formação para a cidadania. E usar escolas centrais facilitaria que as pessoas se deslocassem para esses centros e pudessem ter a participação. Sempre a gente optou por fazer essas reuniões em escolas que tivessem facilidade de acesso, seja por carro ou transporte público.

O Alvarenga, a região do Alvarenga condensou vários bairros, aqui a gente não vai falar todos os bairros, mas quem quiser ver a distribuição que foi estabelecida para fazer as audiências está disponível no nosso site. É um setor que tem 16 quilômetros quadrados, então ele representa quase 4% do nosso município, e ele é relativamente denso. A gente está considerando que são 5.413 habitantes por quilômetros quadrados, e a gente tem uma renda média mensal, por salário mínimo, de 1,1. Então, a gente consegue também diagnosticar como está a relação de pobreza e riqueza dentro de cada um desses setores. Esses levantamentos foram realizados pela Secretaria de Planejamento Urbano.

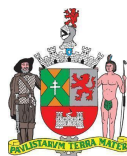
Aqui da parte da população, e a fonte dos dados a gente utilizou o último censo e a expectativa de população que o próprio IBGE adotou de crescimento.

A gente teve presentes na audiência do Alvarenga 192 munícipes e eles fizeram contribuições, foram 68 contribuições. Essas contribuições aqui a gente também considera as específicas que vieram da participação online.

O segundo setor, que foi Rudge, Jardim do Mar e Vivaldi, é uma área também do território, notem que é uma área mais adensada ainda. Apesar de representar pouco dentro do nosso território em questão de quilometragem, é uma área extremamente densa, e aqui a gente tem o aumento da renda média dos salários. Aqui a gente considera uma média de 3,2 salários mínimos. E a população do setor são 62 mil pessoas que moram lá, e estiveram presentes 145 munícipes, com total de 70 contribuições.

E notem que acabei não mencionando, mas a gente tem uma população majoritariamente feminina, e uma população maior entre adultos de 30 a 59 anos.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

No Taboão, que é o próximo setor, Taboão, Pauliceia e Jordanópolis, aqui a gente também está falando de uma área relativamente pequena dentro do nosso território, muito adensada, são 6.400 habitantes por quilômetro quadrado, com uma renda per capita média de 2,2 salários mínimos. Estiveram presentes, foi uma das maiores participações que a gente teve durante as audiências públicas, 222 munícipes, com 147 contribuições. De novo a gente também nota que a população é concentrada numa idade média de 30 a 59 anos.

Planalto e Calux. Aí sim a gente foi aumentando cada vez mais a nossa densidade de população. São 9.496 pessoas em média por quilômetro quadrado, com uma renda média de 1,9 salário mínimo. Estiveram presentes na audiência 153 pessoas e o número de contribuições foi de 85.

Demarchi, Terra Nova e Botujuru. A gente começa a diminuir a densidade por quilômetro. A gente está falando de 3.268 pessoas por quilômetro quadrado, mas a gente tem uma renda média de 2,6 salário mínimos. Estiveram presentes na audiência 168 pessoas e foram 51.

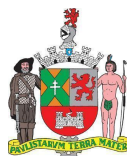
Baeta, Farina e Industrial. Onde a gente identifica a maior densidade do nosso Município. São 14.133 habitantes por quilômetro quadrado, com uma renda média mensal de 2 salários mínimos. Estiveram presentes na audiência 148 pessoas e o número de contribuições foi de 114.

Alves Dias e Cooperativa. Densidade alta também, 8.376 habitantes por quilômetro quadrado, com uma renda per capita 1,5 salário mínimo. Estiveram presentes 145 pessoas e total de contribuições foi de 79.

Santa Cruz e Tatetos. Esse foi recorde de participação, ainda que seja, representa uma das maiores áreas dos setores, mas lembrando que é uma área pouco adensada. A gente está falando de 63 habitantes por quilômetro quadrado, então muda totalmente o desenho das políticas públicas quando a gente está falando da área da represa. Nós estamos falando de um rendimento médio per capita de 0,6 salário mínimo, ou seja, é uma região mais empobrecida. A população que esteve presente foram 310 munícipes e o total de 349 contribuições.

A gente consegue verificar também que o aumento da demanda e da participação social é inversamente proporcional com a renda das pessoas que estão ali, e também com a densidade da população presente.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Setor 9, Ferrazópolis, Montanhão, Silvina e Irajá, a gente está falando de uma densidade de 9.297 habitantes por quilômetro quadrado, com uma renda média mensal per capita de 1,3 salário mínimo. Estiveram presentes 171 pessoas e o número total de contribuições foi 155.

A região do Centro, Nova Petrópolis, e Santa Terezinha, a gente está falando de uma densidade maior, uma região mais adensada, são 12.817 habitantes, a gente está falando de um rendimento médio de 3,4 salários mínimos, e estiveram presentes 183 munícipes e o total de 134 contribuições.

Batistini, Represa e Los Angeles, aí a gente está falando de 2,312 habitantes por quilômetro quadrado, uma média per capita em salários mínimos de 0,9, ou seja, as pessoas não chegam a ter um salário mínimo de média per capita. Estiveram presentes 174 habitantes e o número total de contribuições foi de 211.

Setor das Casas, região também muito adensada, 13.702 habitantes por quilômetro quadrado, com rendimento médio mensal de 1,4 salário mínimo. Estiveram presentes 177 habitantes e o número total de contribuições foi 99.

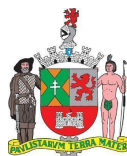
Assunção, densidade também de 9.535, com uma média de 2,2 salários mínimos. Estiveram presentes 177 e as contribuições foram 117.

Vila São Pedro e Esperança, a gente está falando da área, aí sim, essa é a campeã de densidade, 21.651 habitantes por quilômetro quadrado. A gente está falando de um rendimento médio mensal per capita de 0,8 salário mínimo. Estiveram presentes na audiência 260 habitantes e 161 contribuições.

E por último, do Riacho Grande, Areião, com uma densidade de 387 habitantes por quilômetro quadrado, um rendimento médio mensal de 1,1 salário mínimo. Estiveram presentes 168 habitantes e fizeram 219 contribuições.

Pode passar: Agora vou passar o resultado, porque a partir do diagnóstico técnico feito com todas as Secretarias, o levantamento de diagnóstico territorial e a partir da nossa perspectiva econômica tem esse cenário de estimativa para os quatro anos do PPA. Então, a gente tem uma estimativa de orçamento total de R\$7,397 bilhões para 2026; 2027 R\$7,586 bilhões; 2028 R\$7,695 bilhões e 2029 a expectativa que chegue a R\$8,157 bilhões. A gente distribui isso em relação ao Instituto de Previdência e a Câmara.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Da despesa total consolidada a gente está considerando da Administração Direta R\$6,276 bilhões em 2026; R\$6,391 em 2027; R\$6,422 bilhões em 2028 e R\$6,799 bilhões e, 2029.

Da Administração Indireta R\$1,121 bilhão; R\$1,194 bilhão; R\$1,273 bilhão e R\$1,358 bilhão.

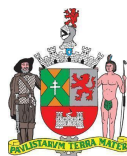
Valores por Secretarias. Aqui a gente está apresentado valor por Secretaria, não por programa, é importante destacar. Então, a Secretaria de Educação uma estimativa de R\$1,492 bilhão em 2026; da Saúde R\$1,461 bilhão; Encargos Gerais do Município R\$730 milhões; Secretaria de Transporte, Mobilidade e Infraestrutura R\$849 milhões; Secretaria de Serviços Urbanos R\$402 milhões; Gestão de Pessoas R\$217 milhões; Secretaria de Habitação R\$272 milhões; Secretaria de Projetos e Obras R\$157 milhões; Secretaria de Segurança R\$130 milhões; Secretaria da Fazenda R\$118 milhões; Procuradoria Geral do Município R\$88 milhões; Secretaria de Administração R\$84 milhões; Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania R\$69 milhões; Secretaria de Esportes e Lazer R\$58 milhões; Secretaria de Comunicação R\$30 milhões; Secretaria de Cultura R\$27 milhões; Secretaria de Planejamento Urbano R\$21 milhões; Gabinete do Prefeito R\$13 milhões; Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade e Proteção Animal R\$12 milhões; Coordenação Governamental R\$9 milhões; Secretaria de Desenvolvimento Econômico R\$8 milhões; Secretaria de Governo R\$5 milhões; Secretaria de Chefia de Gabinete R\$3 milhões; Secretaria de Concessões e Parcerias R\$2 milhões; Secretaria do Direito da Pessoa com Deficiência e TEA R\$2 milhões; Secretaria de Justiça R\$1 milhão e Secretaria da Mulher R\$1 milhão. Então, chega ao montante de R\$6,276 bilhões.

E das transferências financeiras totaliza R\$6,783 bilhões.

Próximo slide a gente apresenta os valores por programa, lembrando e reforçando, que acho que a gente já falou bastante isso em todas as audiências, a preocupação da nossa gestão é fazer uma entrega eficiente das políticas públicas. Portanto, não existe nenhum programa que seja com foco na Secretaria, mas sim na entrega da política pública. Então, vamos ter programas intersetoriais, do qual tem a participação de mais de uma Secretaria, que é justamente para a gente fazer com que as políticas públicas sejam mais eficientes.

Dito isso, vou começar então pelo SBC Eficiente. A gente está considerando um programa de R\$1,047 bilhão. Conexão Política SBC de R\$25 milhões. Desenvolvimento de Servidores R\$317 milhões. SBC Atende Mais R\$7





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

milhões, Educando para a Vida R\$842 milhões. Saúde Pra Frente R\$1,447 bilhão. Garantias de Direitos R\$72 milhões. SBC é Cultura R\$26 milhões. Esporte é Vida R\$56 milhões. Cidade Pra Frente é Cidade Segura R\$124 milhões. Desenvolve SBC R\$7 milhões. Mais Moradia, Mais Felicidade R\$250 milhões. Cuidando da Primeira Infância R\$581 milhões. Infraestrutura Inteligente: Cidade em Movimento R\$1,353 bilhão. SBC Resiliente R\$97 milhões. SBC Sustentável R\$17 milhões. Ação Legislativa, que é o Programa do Poder Legislativo R\$92 milhões. Gestão da Performance da Faculdade de Direito R\$30 milhões e Gestão da Previdência Municipal R\$999 milhões.

Agora a gente vai passar a relação dos programas, como eles ficaram organizados. Então, aqui somente no âmbito em relação às metas e indicadores nós procuramos sempre orientar os indicadores de cada um dos programas com fonte de dados externas para inclusive ter uma validação sobre aquilo que está entregando. Então, optou por ter indicadores de construção externa para os programas e estabeleceu as metas físicas, daí sim em conjunto e na construção da produtividade de cada uma das Secretarias.

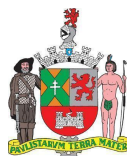
Aqui, conforme a gente estava falando, a divisão dos programas. Então, têm os programas da Administração Direta, que ficaram 16; 1 programa do Poder Legislativo. Da Administração Indireta, que foi a Gestão da Performance da Faculdade de Direito e da Gestão da Previdência Municipal.

O SBC Eficiente a gente está considerando aqui que é um programa com foco na eficiência da Administração. Aqui que a gente vai fazer a gestão de recursos, pensar nos programas da parte de arrecadação, da parte de negociação e da dívida junto com a PGM; a Secretaria de Assuntos Jurídicos; a Comunicação; Ouvidoria; a própria Controladoria do Município. É buscar ser cada vez mais eficaz com o uso do recurso público.

A gente destacou aqui algumas das principais ações. Então, é Gestão da Política Fazendária; a Gestão da Tecnologia da Informação; pagamento de Precatórios, que é uma obrigação legal nossa; o Apoio ao Consórcio do ABC; gestão do processo licitatório e materiais; gestão da transparência e comunicação legal e o fortalecimento da transparência e segurança jurídica.

Também optamos por construir um PPA alinhado com uma agenda externa, então, tem muito forte a participação do IEG-M, que é um índice adotado pelo Tribunal de Contas do Estado e da agenda dos objetivos do desenvolvimento sustentável, que é Agenda 2030, por isso que cada um dos programas aqui vai ter





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

apresentação dos selinhos, que é para qual meta dessa agenda estamos contribuindo. Então, aqui é o 9, 11, 12 e 16.

Próximo é o Programa Conexão Política, que é este momento que estamos aqui, é reconhecer que a política faz parte do desenho das políticas públicas e que a gente precisa dar condições para fazer isso de forma transparente e com a participação de todos.

Fazem parte desse programa a Secretaria de Governo; a Secretaria da Fazenda no âmbito do planejamento orçamentário; a Secretaria de Coordenação Governamental e aqui pensando muito em fazer a gestão da política nos territórios e o Fundo de Solidariedade.

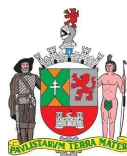
Principais ações: Quem faz a ação governamental, o Governo; o planejamento participativo; a gestão do fundo social e assessoramento de Governo. Contribuímos para erradicação da pobreza e objetivo 16.

Desenvolvimento de Servidores. Hoje a nossa gestão tem uma preocupação de ter um olhar para os servidores, tanto é que foi criada a Secretaria de Gestão de Pessoas. É pensar no servidor como o principal ativo da produção das políticas públicas. Nesse programa que a gente está pensando tanto na parte da gestão dos benefícios dos trabalhadores, mas principalmente a parte de capacitação, a parte de investimento em gestão de pessoas. A gente contribui para o ODS 5 e 16.

SBC Atende Mais. Esse programa tem como foco atendimento ao cidadão. Aqui está o Atende Bem que todo mundo já conhece, mas também está a prestação de serviços num momento de fragilidade das pessoas, como é o serviço funerário. Então, a gente está pensando no investimento na política de defesa dos direitos, daí aqui a gente está pensando muito também no Procon, em ter uma atuação firme de apoio ao Procon.

Pode passar: Educando para a Vida. A Secretaria de Educação assumiu um papel muito importante no nosso Governo não apenas pela parte tradicional de educação, que é obrigatoriedade do nosso Município, mas também dando apoio aos alunos de ensino médio e aos alunos de ensino superior. Então, aqui a gente está falando de todo investimento e todo gasto que faz em crianças do ensino fundamental em diante, crianças e adolescentes também, adultos quando a gente está falando do ensino superior.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Então, aqui a gente destacou algumas ações: alimentação escolar; o desenvolvimento do ensino fundamental; uniforme e material escolar; transporte; desenvolvimento da educação especial; formação dos profissionais de ensino; desenvolvimento da educação como um todo; apoio ao ensino superior; o Programa Conecta, que é um programa de intercâmbio com alunos de ensino médio e a formação de profissionais para a educação especial.

Próximo é o Programa Saúde Pra Frente: Esse programa é tocado pela Secretaria de Saúde, quando vocês observarem a peça vão notar que é pelo Fundo de Saúde. Aqui a gente está falando da gestão hospitalar e de urgência; gestão da atenção básica; política de saúde como um todo; ambulatorial e saúde mental; assistência farmacêutica; vigilância em saúde e toda parte de investimento em cima disso.

Pode passar: Programa Garantias de Direitos. Esse é um programa que tem com foco, como o próprio nome diz, fazer a garantia dos direitos é reconhecer que existe uma diversidade dentro da nossa sociedade e que a gente tem de minimizar cada vez mais essas diferenças.

Fazem parte desse programa a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; a Secretaria de Direitos da Pessoa com Deficiência e TEA e a Secretaria da Mulher.

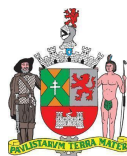
Então, a gente destaca que a parte de gestão na atenção à criança e adolescente; a proteção social básica e especial; atenção à pessoa idosa; a política de assistência social como um todo; a gestão da segurança alimentar e nutricional; atenção à pessoa com deficiência; garantia às pessoas com deficiência e TEA; gestão da promoção de igualdade racial; promoção de políticas afirmativas, aqui também inclui incentivo ao Tiro de Guerra; fortalecimento das políticas para as mulheres e a garantia da segurança de renda.

Próximo é o Programa SBC é Cultura. Fica a Secretaria de Cultura, destacou gente que faz cultura; gestão da política cultural e investimento na política cultural.

Próximo: Esporte é Vida da Secretaria de Esportes. É gestão do esporte e do lazer; gente que faz esporte; investimento em esporte e lazer e bolsa atleta.

Cidade Pra Frente é Cidade Segura da Secretaria de Segurança Pública, muito focada na parte de governança. Então, governança em segurança pública;





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

investimento em segurança pública; investimento na Guarda Municipal; quem faz a segurança pública.

Desenvolve SBC: É o programa com foco no desenvolvimento econômico da nossa cidade, pensando em cada vez mais alavancar emprego, indústria, serviço e comércio. Então, é emprego, qualificação e oportunidades; investimento no fortalecimento do turismo municipal; gestão do desenvolvimento econômico e ações para a juventude e fortalecimento do turismo municipal.

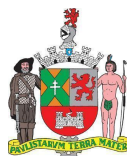
Pode passar: Mais Moradia, Mais Felicidade, da Secretaria de Habitação. Então, urbanização inclusiva e sustentável; contenção a ocupações irregulares; regularização de núcleos informais; auxílio moradia; acompanhamento técnico social; gestão da política habitacional; investimentos na política habitacional e regularização de núcleos habitacionais.

Cuidando da Primeira Infância. Como falei, a gente também tem muito foco e entende que somente pensando na primeira infância estará pensando em nosso presente e em nosso desenvolvimento futuro. Então, aqui a gente tem o monitoramento de indicadores pensando todas as áreas de saúde, assistência social, educação, mas a principal é a Secretaria de Educação. A gente destacou que é colaboração para o desenvolvimento da primeira infância, pensando nas parcerias que faz com as entidades de subvenção; desenvolvimento da primeira infância; transporte; uniforme; avaliação formativa diagnóstica da primeira infância e formação dos profissionais da educação infantil.

Pode passar: Infraestrutura inteligente: Cidade em movimento. A gente está falando de um programa que tem a Secretaria de Serviços Urbanos, a Secretaria de Projetos e Obras e a Secretaria de Planejamento Urbano. É a gestão de resíduos sólidos; investimento na política urbana; garantia de acesso à mobilidade; educação para o trânsito; gestão do sistema de iluminação pública; segurança no trânsito; fornecimento de água; manutenção de praças, parques e áreas verdes; fornecimento de energia em próprios municipais e gestão das obras e projetos.

Pode passar: SBC Resiliente. Aqui é um investimento pensando numa perspectiva não somente de fazer a contenção de desastre, mas fazer a prevenção de desastre. Então, é nesse programa que está o investimento no sistema de drenagem urbana; das atividades de saneamento ambiental e infraestrutura; gestão como um todo da drenagem urbana e operação de elevatória; prevenção e gerenciamento de desastres.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Pode passar: SBC Sustentável. Aqui participam a Secretaria de Meio Ambiente e Saúde. A Saúde aparece aqui muito em destaque por conta da parte de cuidado e bem-estar animal, que é o Hospital Veterinário. Então, é gestão da vigilância em saúde; gestão da política de meio ambiente; operação e monitoramento do Parque Estoril; gestão da política de licenciamento e fiscalização e a promoção de políticas de proteção animal, assim como seus respectivos investimentos.

Ação Legislativa. É o programa que foi adotado pela Câmara dos Vereadores. Então, faz a parte de gestão de pessoal e encargos; gestão da própria Câmara; investimento na Câmara e publicidade institucional.

Gestão e Performance da Faculdade de Direito. Então é gestão da Faculdade; gestão da graduação e das operações especiais; gestão do mestrado e da pós-graduação e investimento na Faculdade como um todo.

Gestão da Previdência Municipal: É o pagamento de proventos a inativos e pensionistas; a própria reserva atuarial e de contingência; pagamentos de precatórios; gestão e manutenção do próprio Instituto; contratação e pagamentos de pessoa civil; contribuições do PASEP e investimento na Previdência.

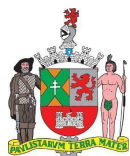
Dito isso, sei que fica maçante a gente ficar lendo tudo, um por um. Caso vocês queiram consultar a gente tem todos os materiais disponíveis em dados abertos. É acessível, é para todo mundo. Entra na página, só jogar no Google ppasbc, você vai direto a essa página nossa, que é da transparência. Aqui têm todos os documentos não só da própria lei, inclusive as contribuições que vieram da população.

Vocês conseguem acessar esse material em formato Excel ou PDF. Pode buscar pelo nome do munícipe. Se foi considerado pertinente ou não ao PPA, que é importante essa transparência para a gente, para não criar expectativas. Então, se você entrar lá agora consegue ver essa lista de todas as contribuições, o que foi considerado pertinente ao PPA ou não e aquilo que foi incluso ou não. Inclusive aquelas obras de maior demanda, qual é nossa expectativa de entrega dentro do PPA.

Pode passar: A gente reforça que todo mundo registre a presença aqui hoje.

Boa noite. Muito obrigada.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Estão presentes nesta audiência pública os Vereadores Ary de Oliveira, Edmar Aragão, João Viana, Jorge Araújo, Léo RR, Luana Eloá, Maurício Cardozo, Nina Braga e Renan Queiroz.

Representantes do Poder Executivo:

Ivan Silva – Secretário de Governo;

Tatiana Moncayo Martins Rebucci – Secretária da Fazenda;

Rogéria Leite Soares Gomes – Secretária Adjunta da Secretaria da Fazenda;

Manoel Romero Vieira Lima – Secretário Adjunto da Secretaria da Saúde;

Érica Luppi – Secretária Adjunta da Secretaria de Gestão de Pessoas;

Luiz Fernando de Oliveira Bortoletto – Secretário de Serviços Urbanos;

Jéssica Souza – Chefe de Contabilidade da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo;

Ana Paula Marçal – Secretária Adjunta da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;

Fabiana Dantas de Macedo Poças – Secretária Adjunta da Secretaria de Administração;

Ronald França Ribeiro – Secretário Adjunto da Secretaria de Projetos e Obras;

Joyce Quintino – Secretária do Meio Ambiente;

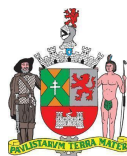
Débora Dutra – Secretária Adjunta da Secretaria da Mulher;

Ricardo Ferreira Bortoleto – Secretário Adjunto da Secretaria de Transporte, Mobilidade e Infraestrutura;

Rafael Demarchi – Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Juventude;

Hiroyuki Minami – Secretário de Programas Governamentais;





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Milena Graciano – Secretária de Planejamento Urbano;

Fran Silva – Secretário de Esporte e Lazer;

Ronaldo Perucci – Secretário de Justiça;

Jussara Almeida Bezerra – Secretária Adjunta da Secretaria de Educação;

Arley Topalian – Secretário de Segurança;

Renato Britto Targino – Secretário de Comunicação;

Renata Valdrighi Ramos de Paula – Secretária de Gestão de Pessoas;

Henrique Kabeça – Secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania;

Luis Carlos Araujo Souza Junior – Conselheiro da Guarda Civil Municipal.

Representantes da Sociedade Civil:

Jessica Katharine Coutinho Cabral – Munícipe;

Fabiano Baptista da Silva – Munícipe;

Carlos Eduardo França Oliveira – Munícipe;

Juliana Rocha Dalecio Feliciano – Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente;

Alessandro Antônio da Silva – Munícipe;

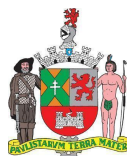
Inês Cristina de Castilhos Pauli – Sindicato dos Servidores Públicos de São Bernardo do Campo;

Waldirene Rodrigues de Oliveira - Sindicato dos Servidores Públicos de São Bernardo do Campo;

Gabriella do Nascimento Negri – Munícipe;

Maria de Fátima Oliveira Cruz Leal - Sindicato dos Servidores Públicos de São Bernardo do Campo.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Feita a exposição, esta Presidência passa a palavra aos nobres Vereadores, para que façam seus questionamentos, lembrando que são dois minutos para cada Vereador e quando fizer uso da palavra usar o microfone, porque depois fica falando fora do microfone, o público não ouve e não dá para registrar. (Pausa) O Secretário Júlio César da Educação também está presente.

Neste momento, o Vereador João Viana fará uso da palavra, lembrando que são dois minutos, Vereador.

O SR. JOÃO VIANA – Boa noite, Presidente, boa noite, Mesa, Secretários, pessoal do Legislativo, do Executivo, funcionários da Casa.

Primeiro, é muito legal ver todo mundo aqui, acho que é uma das maiores audiências que já participei, ainda participei de poucas, mas é primeiro mandato.

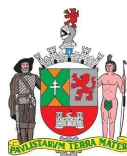
Vamos às perguntas. Acompanhando a explanação tenho uma pergunta sobre o orçamento para as Secretarias e outra sobre os programas. Primeiro, queria deixar claro que achei muito legal a parte do alinhamento as ODSs, aos Objetivos e Desenvolvimento Sustentável, acho que é muito bacana e necessário que todas as prefeituras façam isso e também o retorno das contribuições on-line achei legal também, porque geralmente é esquecido.

Agora às perguntas. Estava reparando aqui que a Secretaria de Transporte, Mobilidade e Infraestrutura está previsto aqui para os próximos quatro anos um corte de quase 50% do orçamento, queria saber por quê? Se isso está numa reorganização? Da mesma maneira na Secretaria de Habitação, que percentualmente também está ali na casa dos 50%.

Além disso, uma pergunta mais específica. Relacionado aos programas, queria saber se está previsto em algum momento, se está colocado em alguma parte dos programas o pagamento do dissídio dos funcionários da saúde, que é tão aguardado pelos funcionários? Porque estava procurando tanto em Desenvolvimento dos Servidores, que tem um ponto ali sobre gestão de benefícios, não sei se está ali. Ou se está em Saúde Pra Frente, que ali têm vários pontos relacionados à saúde, se isso está previsto em algum desses programas ou não? Ou em algum outro? Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Vamos usar o mesmo critério das outras audiências, todos fazem uso, o Secretário vai anotando e depois responde por Secretaria.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Mais algum Vereador que queira fazer uso da palavra? (Pausa) Com a palavra a Vereadora Luana Eloá, lembrando que são dois minutos, Vereadora.

A SRA. LUANA ELOÁ – Boa noite, Vereadores, Secretários presentes, todos os funcionários da Casa, nosso Presidente, bom retorno. Fico muito feliz, sentar nessa cadeira é muito ruim, não estava gostando muito não.

Somente alguns apontamentos. No Programa Cidade Pra Frente, Cidade Segura vi que para 2027 a gente tem uma redução do orçamento, gostaria somente de entender essa redução de 124 para 119, depois cresce novamente, me chamou um pouquinho de atenção.

Outro em relação à Gestão de Performance da Faculdade de Direito, nós vemos um orçamento de R\$30 milhões e a Câmara Municipal está sendo extremamente cobrada pelos alunos por causa de um aumento de 14%. Aí eu vejo no orçamento R\$30 milhões, enquanto na Cultura, no Programa São Bernardo é Cultura R\$26 milhões. Não tem sentido nenhum, queria entender um pouco como que foi esse comparativo, já que uma Faculdade de Direito recebe R\$30 milhões, mais um monte de mensalidade escolar e ainda quer aumentar 14% a mensalidade dos alunos. Somente para a gente entender da onde vem esse orçamento dos R\$30 milhões.

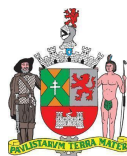
Outro apontamento é no Programa Cuidando da Primeira Infância. Vi as principais ações, mas não vi nenhuma menção à questão da inclusão, me chamou um pouquinho atenção, nenhum detalhamento desse programa e isso me preocupa, porque pensando em primeira infância e pensando não somente em diagnóstico precoce, que é área da saúde, mas pensando na questão de atender a inclusão eu não vi nenhuma menção. Isso prende o orçamento e fico preocupada. É somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Anunciamos a presença da Secretária de Habitação.

Mais algum Vereador quer fazer uso da palavra? (Pausa) Com a palavra a Vereadora Nina Braga.

A SRA. NINA BRAGA – Boa noite, Sr. Presidente, toda Mesa, todos os colegas e todos os munícipes presentes. Eu gostaria de saber, com relação ao programa Educando para a Vida, com relação aqui, eu não vi falar sobre o chamamento dos professores que passaram no concurso público. Eu estou sendo





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

muito questionada por isso, principalmente porque estão faltando os volantes, estão faltando cuidadores. Eu vi que tem um programa de formação dos profissionais da educação especial, formação de profissionais da educação fundamental, mas não vi falar sobre a questão do concurso, porque eu vejo, pelo menos recebo muita reclamação que tem muito professor que está pedindo exoneração, e queria entender se vão ser chamados os novos professores. Eu conheço pessoas que passaram no concurso, acho que ele foi até adiado o chamamento, mas não houve.

Então, queria entender aqui neste orçamento, que é gigante, se está incluso os novos professores, abertura de novos concursos públicos.

E também, aproveitando a oportunidade, já que estou aqui, não vou achar a questão do Legislativo, também é uma dúvida minha saber concurso aqui para o Legislativo, porque nós também precisamos de novos funcionários aqui concursados, questão de promotoria, da Casa Legislativa.

São duas dúvidas que eu tenho. Também corroboro com a questão da Faculdade de Direito, é uma dúvida que a gente tem, a valorização dos professores, do salário, e também dos enfermeiros. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Antes eu citei, peço desculpas à Secretária Rute Ferreira Ramos, da Habitação, que o nome dela não estava na lista, não tinha assinado. Por isso. Também não foi citado o nome da Sandra. Nem da Samara. Nós vamos pegar um complemento da lista, porque tem mais de um.

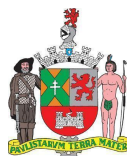
Agora, com a palavra o Vereador Jorge Araújo.

O SR. JORGE ARAÚJO – Boa noite à Mesa, na pessoa do Ary cumprimento a todos, aos nobres Pares Vereadores, na pessoa da Tati quero cumprimentar os Secretários e Secretárias, cumprimento também aqui a nossa Secretaria da Fazenda. Quero agradecer ao Ary por ter me dado mais tempo.

Antes de qualquer coisa, gostaria de cumprimentar todos os Secretários Adjuntos, a todos os servidores desta Casa que fizeram um excelente trabalho. Nós passamos por uma pandemia, de 2020 a 2021, então nós ficamos praticamente aí seis anos sem ouvir a população na ponta, e o Marcelo fez questão de quando voltassem os trabalhos e assim que assumiu a Prefeitura fez questão de ir bairro por bairro.

Então, faço questão, Secretária, de parabenizar vocês por esse trabalho. A Câmara Municipal aprovou uma moção de congratulação pelo PPA, não sei se





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

receberam essa congratulação, a Secretaria da Fazenda, então eu faço questão de parabenizar cada um de vocês que esteve na ponta ouvindo a população.

Percebi também que no nosso site já está lá discriminado todas ações que foram reivindicadas pela população na ponta, então gostaria primeiro de parabenizar o trabalho de cada um de vocês.

O PPA é um planejamento para os quatro anos, então é geral, mas na ponta vi que algumas perguntas são bem direcionadas, e vão estar na LOA, então é importante que a gente, como Vereador, possa fazer esses questionamentos, nós recebemos a LOA agora, que vai ser mais pontual, tanto para a educação, como transporte, como saúde, e também perceber lá, fazer o comparativo com o ano de 2025 para o ano de 2026.

E a gente vai poder ver melhor, porque o PPA também não tem aquela prerrogativa de ser, pontualmente, centavo a centavo. Mas é uma projeção daquilo que pode ser, é um planejamento. Tem de ser feito, ele é garantido, e para finalizar, Sr. Presidente, não consegui nem fazer minhas perguntas, mas parabéns pela participação de todos, terem ido na ponta ouvir a sociedade civil, e eu vinha mais nesse questionamento mesmo, e parabenizando, Sr. Presidente, a todo Governo por ter ido na ponta ouvir a população. Obrigado.

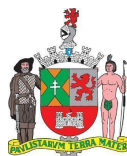
O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Os nomes dos Secretários não foram mencionados porque no início da audiência nós pedimos para que registrassem a presença no QR Code, e não foi registrado. Eu ia chamar a atenção de quem não anotou, mas foi vocês que não registraram a presença.

Estão presentes a Secretária Sandra, Secretária da Mulher e Vereadora licenciada, já foi mencionada, Júlio César da Costa Alexandre, Secretário de Educação, Samara Dinis, Secretária da Cultura, Fábio Rodrigues Branco, Secretário de Direitos da Pessoa com Deficiência e TEA, e a Ruth Cristina Ferreira Barros, que nós citamos anteriormente, da Habitação. Já fica registrado na Ata para mandar para o Ministério Público.

Passamos a palavra para a Secretária para chamar os Secretários das áreas e dar as respostas.

A SRA. TATIANA MONCAYO MARTINS REBUCCI – Eu vou dar um panorama de como é elaborado o PPA, porque aí começam algumas coisas a ficarem um pouco mais claras.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

O PPA, nada é do que a gente estimar a receita e projetar a despesa. No primeiro momento, imagina a gente prever uma receita para os próximos quatro anos. É muito difícil. E o PPA, ou como qualquer outra peça orçamentária, ele é composto por fontes de recursos.

Então, nós temos a fonte de recurso Tesouro, que é o que o Município tem o esforço de arrecadar, de ISS, IPTU, todo o pacote de impostos, e isso é líquido e certo, mais ou menos. Aí nós temos a fonte de recurso 2, que são recursos advindos do Estado. Temos a fonte de recurso número 3, que são fundos especiais. Tem algumas receitas que entram diretamente nesses fundos, como a multa de trânsito, que entra no fundo que se chama Fatran. Algumas multas do meio ambiente, existe um fundo de meio ambiente e essas multas entram nesse fundo. E assim nas diversas áreas da Prefeitura. Temos a fonte de recurso 4, fonte advinda da Administração Indireta. Temos a fonte número 5, que são transferências da União, tudo que vem do Governo Federal. Temos a fonte 6, que são parcerias, quando a gente consegue com a iniciativa privada captar algum recurso. E temos a fonte de recurso número 7, que são as operações de crédito.

Então, a Prefeitura, e todas as Secretarias, elas não sobrevivem só com fonte Tesouro, ela precisa captar esses recursos nessas diversas fontes, Governo Federal, Governo do Estado, iniciativa privada.

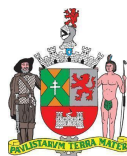
Quando a gente está fazendo a projeção, no ano seguinte é mais fácil de prever, eu vou ter um financiamento que vou atrás e vou conseguir, tem um programa do Governo Federal que vou me inscrever para receber no ano que vem esse recurso. E assim por diante.

Por isso que você vê um maior número de recursos num primeiro momento, que é 2026, porque isso está muito claro, e para os anos seguintes isso é mais difícil de se prever.

E como se ajusta isso? O PPA é revisto, e tem um artigo na lei justamente prevendo isso, que a toda LDO e a todo orçamento ele é revisto. A gente faz o PPA, a gente faz a LDO de 2026, faz a LOA de 2026. Quando chegar na LDO de 2027 provavelmente os valores da LDO vão ser muito maiores do que estão previstos no PPA, porque em 2026 quando a gente estiver fazendo a LOA para 2027 a clareza dessas outras fontes de recurso são muito melhores, são mais claras.

Por isso essa divergência. Se a gente pegar por fonte de recurso você vai ver que ele é linear e cresce um pouco a cada ano em todas as Secretarias, mas o





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

que difere quando a gente faz a somatória por Secretaria são esses recursos vinculados, que a previsibilidade deles vai acontecendo ao longo dos anos. Por isso dessas diminuições, que na verdade é essa questão.

O dissídio dos profissionais, eu vou dar um panorama geral e depois chamo cada Secretário para discursar especificamente. Com relação ao dissídio dos profissionais de saúde, ele está previsto dentro de um programa da Secretaria da Saúde, porque ele não é repassado igual ao dissídio dos funcionários da Administração Direta, ele é repassado mediante um contrato de gestão, então ele está dentro de uma ação maior, que é a ação da assistência à saúde.

Com relação à Faculdade de Direito. A Faculdade de Direito é uma autarquia, ela sobrevive com os recursos próprios que ela arrecada. A gente não repassa, o Município, historicamente, não repassa, fonte recurso Tesouro, para custear as despesas. Ela cobra uma mensalidade e as despesas dela têm de ser de acordo com essa mensalidade que ela arrecada.

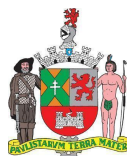
Os concursos do Legislativo estão dentro de uma ação, dentro do programa da Câmara, que tem as diversas ações de manutenção. O concurso está dentro da ação de gestão.

A SRA. LARISSA CAROLINA DE ALMEIDA MARCO – De concurso ela perguntou da Câmara e da Educação. A parte de previsão de concurso e gasto com pessoal da Educação está previsto, no caso do programa da ação legislativa no programa de gestão de pessoal, porque foi assim que a Câmara optou por chamar essa ação.

Em relação aos gastos e a previsão de concurso da Administração, a parte de vencimento de pessoal vai estar sempre nas ações que chamam Gente que Faz e a política pública. No caso da Educação a gente vai ter a separação entre os níveis de ensino, então vai ter ensino fundamental, ensino infantil, que vai estar dentro da primeira infância, e de ensino especial.

E aproveitando também para esclarecer a dúvida da Vereadora Luana Eloá, em relação à parte de inclusão, que está sim prevista dentro do programa de primeira infância. Só que ele aparece como educação especial. E a gente tem a política, aí sim, de promoção da política para pessoa com deficiência e TEA, que está prevista dentro do programa de garantias de direito.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

O valor em relação ao programa primeira infância diz respeito mais ao montante que é com foco em educação, porque a gente tem de fazer a previsão orçamentária da parte da subfunção de ensino infantil, que é pensando nas crianças da creche, da primeiríssima e primeira infância, de 0 a 6 anos. Por isso você tem um montante tão grande, porque é principalmente creche, alimentação, transporte dessas crianças, mas também está previsto lá a formação em educação especial.

A SRA. NINA BRAGA – A Faculdade paga tudo com as mensalidades? É isso?

A SRA. TATIANA MONCAYO MARTINS REBUCCI – É o orçamento dela. A Vereadora está questionando o que ela faz com os R\$30 milhões. Ela arrecada e paga o salário. Não sai do orçamento do Tesouro, de arrecadação de impostos. Ele sai da cobrança da mensalidade da Faculdade e é direcionada. Ela não nos repassa nada, mas a Prefeitura também não repassa nada para eles. Eles têm de sobreviver ali com o orçamento deles. O que nós temos, que foi disponibilizado, são bolsas de estudo, mas aí é outra questão, não entra como repasse, nada disso.

O chamamento dos professores é a mesma coisa, dentro do programa de pessoal tem uma ação que é a contratação. Vai ter concurso, e isso tudo está previsto dentro das ações pertinentes à gestão de pessoas.

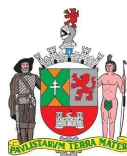
Gostaria de agradecer publicamente ao Vereador Jorge Araújo. Nós recebemos, sim, o agradecimento e reconhecimento do trabalho realizado no Voz da Gente, Cidade Pra Frente. Inclusive encartamos no nosso processo, porque o Tribunal de Contas nos questiona sempre da participação, e acho que é importante o reconhecimento da Casa, de um Vereador, do que foi realizado. Muito obrigado.

Os Secretários? Rute, você quer complementar alguma coisa com relação ao orçamento da Habitação?

Eu dei um panorama geral, agora a gente chama os Secretários para eles contribuírem.

A SRA. RUTE CRISTINA FERREIRA RAMOS – Boa noite gente, boa noite Vereador Ary, cumprimentar todos os Vereadores, Tati, e a sociedade civil presente.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Então, complementando, acho que a Tati já fez a resposta bem pedagógica, para o Vereador João que fez a pergunta. Vereador, se a gente olhar a fonte 1, não tem diminuição, ela tem, que é o Tesouro, que a gente tem previsão, ela tem um ligeiro aumento, que não é tão pequeno, quase R\$2 milhões. E fonte 3, que são os fundos que a gente tem gestão direta, que a gente consegue prever, também eles se mantêm.

Então, o investimento, daquilo que é da Prefeitura, que está na nossa autonomia, ele está mantido.

O que vai variar são as outras fontes de recurso. Aquilo que vem do CDHU, por exemplo, fonte 2, que vem do Governo Federal, fonte 5, e fonte 7, que é o financiamento que a gente vai adquirindo, esse vai variando, e aí depende da nossa capacidade de captar recursos. Essa agenda da Habitação depende fortemente de transferência de recurso ou financiamento.

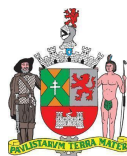
E aí queria ressaltar que o PAC 2025, que foi aberto este ano, a gente submeteu vários, estamos aguardando algumas respostas, mas a gente já teve projetos aprovados que já estão constando aqui, e a gente segue captando para poder continuar investindo na política habitacional. Por isso que dá essa queda, mas não significa e a Tati falou que a gente tem a possibilidade, vamos supor que a gente captou mais R\$20 milhões, e aí a gente ajusta para que isso fique adequado e a gente possa especialmente olhar.

Mas aquilo que está na nossa autonomia, ou está garantido ou ele está subindo um pouco. É isso. Obrigada.

A SRA. TATIANA MONCAYO MARTINS REBUCCI – E mesmo durante a execução do orçamento é possível, se a gente conseguir captar algum recurso do Governo Federal, Governo do Estado, que não estava previsto na peça, é possível a gente aumentar o orçamento, fazer um crédito adicional, que vocês aprovam o limite para a gente, a gente aumenta esse orçamento para que seja possível a execução da ação. Se vocês tiverem contato com Deputados e nos ajudarem na captação a gente agradece.

A Secretaria de Transportes e a Secretaria de Habitação faz muita captação de recurso, de financiamento, de Governo Estadual, Governo Federal, porque o orçamento público hoje na situação do Brasil a gente já não tem tanto poder de investimento. Hoje, se a gente pegar o orçamento, aí começa a fatiá-lo, porque aí tenho de comprovar os 25 da Educação que a gente acaba comprovando





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

30; a Saúde que são 25, mas acaba aplicando 22, 23%, aí pega a folha de pagamento e vai tirando tudo que é obrigatório, os duodécimos para a Câmara, os aportes financeiros ao Instituto de Previdência. Então, no final das contas o que sobra para investimento é muito pequeno, por isso que precisamos captar recurso para o investimento. É essa variação que dá.

Romero, dissídio.

O SR. MANOEL ROMERO VIEIRA LIMA – Boa noite a todos, Presidente Ary, em nome de quem cumprimento todos os Vereadores e todos os presentes.

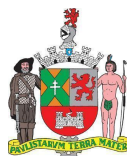
Fazer gestão em saúde e recursos em saúde é muito difícil, ainda mais numa rede tão grande quanto a que a gente tem aqui em São Bernardo do Campo, com toda capilaridade, com o número de hospitais, número de UBSs, número de UPAs, então, é bastante desafiador. Aquele ditado, que todo recurso é pouco, de fato é real, todo recurso é pouco, porque em saúde infelizmente tudo custa muito caro.

No entanto, toda equipe de planejamento da Prefeitura em conjunto com os técnicos da saúde se debruçaram para construção desse orçamento. E dentro daquilo que estava disponibilizado de acordo com a capacidade de arrecadação do Município, a saúde foi priorizada. Tanto que o que a gente tinha de previsão orçamentária este ano, para o ano que vem tem uma majoração, isso já vai ser muito importante para fazer frente ao que a gente tem de previsão de gastos para o próximo ano.

Especificamente com relação à questão do dissídio, que é um problema real que a gente vem vivenciando na saúde nos últimos tempos é bem como já foi colocado pela Tatiana. De fato o Município mantém um contrato de gestão com a Fundação e todo o recurso que é repassado em parcela única ou em parcelas mensais, o valor a ser aportado no dissídio deve ser deduzido deste valor repassado. Então, não existe uma rubrica, um valor específico com um valor a ser empregado no dissídio. Do montante que é repassado deve ser extraído o valor correspondente a essa despesa.

O Município, preocupado com essa questão, já instituiu uma mesa permanente de negociação com o Sindicato da categoria, na qual a gente vem discutindo justamente para encontrar a melhor maneira de fazer condução frente a essa questão do dissídio, que de fato não vinha sendo executado da maneira como deveria ser.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Então, é algo que não está esquecido pela gestão, é algo que tem previsibilidade no orçamento e na renovação do contrato, que faremos agora em dezembro, esta negociação com a Fundação a fim de assegurar que parte do valor seja aplicado para essa finalidade certamente será assegurada. Espero ter conseguido esclarecer.

Muito obrigado.

A SRA. TATIANA MONCAYO MARTINS REBUCCI – Obrigada, Romero.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Antes de indagar se algum Vereador tem algum questionamento a fazer, destacar também a presença do Dr. Douglas Prado, Procurador Geral do Município e do Secretário e Vereador licenciado desta Casa, Toninho Tavares, que alegou que o celular dele estava com defeito, por isso que não usou o QR Code para marcar presença.

Algum Vereador ainda tem alguma dúvida sobre a exposição? (Pausa) Não havendo, passamos a palavra à Secretária ler, identificar os munícipes e resposta às perguntas.

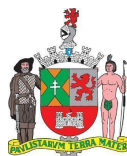
A SRA. TATIANA MONCAYO MARTINS REBUCCI – São quatro questionamentos, todos direcionados à área de segurança. Vou ler e depois chamarei o Secretário para responder.

Fabiano Baptista, na área de segurança. Existe uma previsão de valorização salarial para os guardas municipais?

Carlos Alves da Silva, também na área de segurança. Como a Administração Municipal vai resolver a desvalorização salarial atual da Guarda Civil Municipal, que antes ganhava quase seis salários mínimos e agora está abaixo de cinco salários mínimos?

Luiz Carlos Araújo Souza Junior, na área de segurança também. Hoje o salário-base pago pelo GCM inicial de carreira não oferece dignidade ao servidor, são R\$ 2.460,00 de salário-base para andar armado, com obrigação de defender a população. Uma família típica com quatro pessoas, o salário-base não é suficiente para cobrir R\$ 1.600,00 de mercado, R\$ 1.500,00 de aluguel e mais R\$ 750,00 de outras despesas, água, luz etc. O que se pretende fazer para oferecer dignidade ao servidor GCM? Qual a previsão de pagamento dos guardas municipais que foram promovidos e não receberam os valores retroativos?





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Major Topalian, se você puder.

O SR. ARLEY TOPALIAN – Boa noite a todos e todas, um prazer enorme estar aqui nesta noite, numa parte tão importante da nossa democracia, que é apresentação do planejamento da municipalidade. Agradecer ao Vereador Ary pela Presidência, nosso decano, na presença de quem cumprimento todos os Vereadores presentes, a Tati que está liderando a Mesa, na presença aqui cumprimento todos os Secretários e servidores do Município e toda população nesta audiência.

Antes, está dentro do caso, a Luana Eloá fez uma pergunta sobre o orçamento da segurança, que há uma queda de 2026 para 2027 de 124 para 119, é nessa questão que a Tati explicou, que nós já temos uma previsão de um orçamento que veio do BNDES já contratado, então, é executado no ano de 2026 e no ano de 2027, a gente não tem, por isso que há, mas já há uma curva maior nesse orçamento.

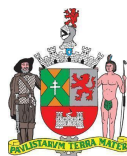
As quatro questões apresentadas vieram dentro da questão da valorização da GCM. A nossa gestão é muito preocupada, nosso Prefeito desde a chegada disse que o servidor público é a base do nosso serviço. Nós só conseguiremos entregar o nosso serviço adequadamente à população que tanto precisa, essas 850 mil pessoas, fora toda população que transita em nossa cidade, se nós tivermos o servidor sendo reconhecido e a quem a gente tenha o diálogo com eles.

Diálogo esse que em nossa Secretaria já se iniciou em fevereiro, onde a gente criou por solicitação da comandante da Guarda um conselho deliberativo para que pudéssemos discutir as questões de todo funcionamento da Guarda. Uma das principais era essa questão da valorização salarial, a qual eles não eram ouvidos, segundo relato que eles nos trouxeram.

Esse diálogo prosseguiu. A SEGEP, como o nosso Prefeito Marcelo trouxe essa Secretaria para lidar com o servidor. Já abriu a mesa de negociação com o Sindicato e trouxe, nós estávamos aguardando as propostas que viriam dos servidores, que elas chegaram no final de agosto, início de setembro. Foram trazidas a esta Casa também numa audiência junto com os Vereadores de segurança, onde estamos debatendo as propostas que eles trouxera e as outras, para que a gente possa chegar à valorização.

A peça prevê, como já foi explanado pela Secretária, para que consigamos valorizar tão importantemente esses profissionais que estão fazendo





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

tanta diferença neste ano na segurança da nossa cidade, na redução dos indicadores.

Com relação aos guardas que foram promovidos, eles estavam desde fevereiro, março do ano passado. Eles haviam cumprido o seu período aquisitivo da promoção e neste ano conseguimos – A Tati me trouxe que em outubro vão cair esses valores na folha – a gente já havia feito o anúncio e o retroativo em 2026, que foi essa última parte daqueles que foram promovidos nós fizemos juntamente ao Sindicato, junto ao nosso Prefeito, com toda Administração essa valorização que já estava pendente desde o ano passado. Acredito que seja isso. Acabei tomando um pouco mais do que dois minutos, o senhor me perdoe.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Não tem tempo para o Secretário.

O SR. ARLEY TOPALIAN – Mas nosso trabalho é na rua, na noite, no dia protegendo a população.

Então, gostaria de agradecer a paciência de todos, espero ter respondido a municipalidade e muito obrigado pela paciência de todos. Boa noite.

A SRA. TATIANA MONCAYO MARTINS REBUCCI – Muito obrigada.

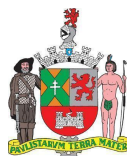
O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – O Secretário não tem tempo, a gente limita somente os Vereadores, porque eles gostam muito de falar.

O SR. ARLEY TOPALIAN – Como bom militar, ordem é ordem, então, a gente tem de cumprir.

Somente agradecer a oportunidade de vir aqui esclarecer o nosso trabalho. Muito obrigado. Boa noite.

A SRA. TATIANA MONCAYO MARTINS REBUCCI – Jessica Katharine Coutinho Cabral, área de inclusão. Considerando que o Projeto de Lei nº 3619/2023 integra diretamente as discussões orçamentárias e visa garantir recursos específicos para a política pública voltada às pessoas com deficiência, como os senhores podem se mobilizar para emitir a moção de apoio a esse PL, reforçando o compromisso com a inclusão e orçamento público contempla necessidade da população PCD?





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Assim, esse é um projeto de lei, a partir do momento que essa lei for aprovada e se nesta lei estiver estabelecidos os limites que devam ser cumpridos imediatamente o Poder Executivo se compromete a ajustar a peça para atender esses limites. Neste momento, como o projeto ainda não está aprovado, a gente não tem como consignar essas despesas que estão previstas nesta lei.

Mas, assim, o Governo já se mostrou favorável, sensível à política, tanto que criou a Secretaria do Direito da Pessoa com Deficiência e TEA e tem um programa garantindo direitos. Qualquer ação que precise ser incluída dentro do planejamento municipal será incluída nesse programa.

Juliana Rocha Dalecio Feliciano, na área de assistência social, cultura, esporte, é sobre o OCA. Bom, o OCA é o Orçamento da Criança e do Adolescente, isso seria mais pertinente quando estivermos discutindo o orçamento, porque dentro do orçamento existe um destaque. Tanto que a gente faz o levantamento, essa é uma orientação que a gente tem da Abrinq, que define todas as funções e subfunções dentro do orçamento, porque no PPA, por exemplo, a gente não trabalha com questão de função e subfunção muito claramente.

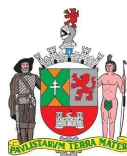
Quando a gente chega à LOA a codificação dessas ações se ampliam, então, lá fica definido quais as funções e subfunções que são pertinentes ao OCA. Por exemplo, não é somente educação, saúde, mas tem assistência social, têm diversas funções e subfunções, aí a gente totaliza essa codificação e faz um valor.

No orçamento tem um artigo, a gente já protocolou a peça aqui no dia 15 de outubro. Tem uma previsão no OCA no Art. 18 da LOA, uma previsão total para o OCA de quase R\$2 bilhões, isso é detalhado na LOA, tem um anexo específico.

Vou ler a pergunta. Sobre o OCA, a Prefeitura responde na peça que o Município gasta mais de 30%. Ocorre que os gastos em educação já são 25% por obrigação constitucional. O OCA de São Bernardo, que gasta 97% em educação, gasta na assistência social sobre cortes severos. Em 2019 só a Fundação Criança executava R\$20 milhões, em 2025 a assistência gastará menos de R\$10 milhões. É necessário observar o OCA e o OPI no PPA e no ciclo orçamentário não está executando por que gasta com criança e adolescente, não se limita a gastar com educação.

É o que falei, na LOA é a peça mais detalhada, o OCA é o orçamento, então, está na peça de orçamento.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

A SRA. LARISSA CAROLINA DE ALMEIDA MARCO – Acho importante, a gente vai trazer essa demanda para a audiência da LOA, que vai trazer um slide específico para deixar bem claro em relação ao OCA. Mas é importante destacar que quando a gente está olhando o orçamento tem a subfunção da criança e do adolescente, mas isso não extingue que a municipalidade faz política pública para a criança e adolescente, que por vezes estará dentro de uma subfunção que não é criança e adolescente. Isso não significa que a política pública não está sendo entregue.

Eu acho importante, a gente já vai colocar essa sugestão aqui, e a gente vai colocar inclusive no site, que aí fica de livre acesso para todo ter acesso a essas informações.

A SRA. TATIANA MONCAYO MARTINS REBUCCI – Agora gostaria de chamar o professor Júlio, Secretário de Educação, para fazer um complemento.

O SR. JÚLIO CÉSAR DA COSTA ALEXANDRE – Boa noite Ary, presidindo a sessão, a todos os Secretários, na pessoa da Tatiana, e a todos os munícipes e equipes todas que estão aqui.

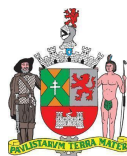
É só para contribuir com o que a nossa amiga já relatou. Com relação à educação inclusiva você tem razão que no cuidando da primeira infância não tem nenhum tema que está abordado lá. É porque todas as atividades também levam em consideração a educação inclusiva.

Entretanto, no Educando Para a Vida nós falamos lá em duas situações muito concretas, que é a formação da educação especial, está lá no Educando Para a Vida, como também o desenvolvimento da educação especial, que está no Educando Para a Vida. No caso da formação, é através da escola de formação, a gente oferece uma formação anual para todos os professores que lidam com a educação inclusiva.

E com relação à questão do concurso público, aí isso está pertinente ao Gente que Faz, que é da SEGEP. É com eles que a gente vai ter de tratar isso. Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Atendidos todos os requisitos necessários para a realização da presente audiência e tendo sido prestados todos os esclarecimentos solicitados, esta Presidência declara encerrados os trabalhos e





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

agradece a presença das autoridades, bem como da população, dos representantes das entidades, especialmente dos técnicos da Secretaria da Fazenda pela exposição e pelos esclarecimentos. Muito obrigado.

-o0o-

- Encerra-se a audiência às 20h50.

Este documento foi assinado eletronicamente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
Para confirmar a autenticidade acesse <https://legislativo.camarasbc.sp.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: TYB74-PK6HL-CTB7O-B8OBJ-QCNIKZ





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

MANIFESTO DO DOCUMENTO

Ata Audiência Pública

Protocolo Nº: 49024

Protocolo Data: 22/10/2025

Documento Nº: 1/2025

Processo Nº: 13949/2025



Gerado por Letícia Shiose Baba na repartição Subsecretaria de Assuntos Técnico-Legislativos - SL1 dia 21/10/2025 às 18:08

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

TYB74-PK6HL-CTB7O-B8OBJ-QCNKZ



Para confirmar a autenticidade acesse

<https://legislativo.camarasbc.sp.gov.br/validador-assinatura>

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei Federal 14.063/2020.



Ary de Oliveira (Ary José de Oliveira) - 266.XXX.XXX-15 - Cargo: Vereador
Em 21/10/2025 21:31 UTC -03:00 do IP 177.181.7.97
Tipo Eletrônica



Edmar Aragão (Edmar Aragão da Silva) - 327.XXX.XXX-88 - Cargo: Vereador
Em 21/10/2025 18:25 UTC -03:00 do IP 177.80.190.182
Tipo Eletrônica



Luana Eloá (Luana Eloá Martins Nobre) - 320.XXX.XXX-61 - Cargo: Vereadora
Em 21/10/2025 18:41 UTC -03:00 do IP 200.173.177.130
Tipo Eletrônica



Maurício Cardozo (Maurício Cardozo) - 268.XXX.XXX-97 - Cargo: Vereador
Em 22/10/2025 10:00 UTC -03:00 do IP 45.162.197.92
Tipo Eletrônica



Renan Queiroz (Renan Monteiro Queiroz) - 368.XXX.XXX-80 - Cargo: Vereador
Em 21/10/2025 19:08 UTC -03:00 do IP 187.70.62.117
Tipo Eletrônica

